

Iniciada a XI Legislatura, as 13 Comissões Parlamentares Permanentes foram instaladas a 11 e 12 de Novembro de 2009: 1ª Comissão – Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG); 2ª Comissão – Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP); 3ª Comissão – Defesa Nacional (CDF); 4ª Comissão – Assuntos Europeus (CAE); 5ª Comissão – Orçamento e Finanças (COF); 6ª Comissão – Assuntos Económicos, Inovação e Energia (CAEIE); 7ª Comissão – Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (CADRP); 8ª Comissão – Educação e Ciência (CEC); 9ª Comissão – Obras Públicas, Transportes e Comunicações (COPTC); 10ª Comissão – Saúde (CS); 11ª Comissão – Trabalho, Segurança Social e Administração Pública (CTSSAP); 12ª Comissão – Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL) e 13ª Comissão – Ética, Sociedade e Cultura (CESC).

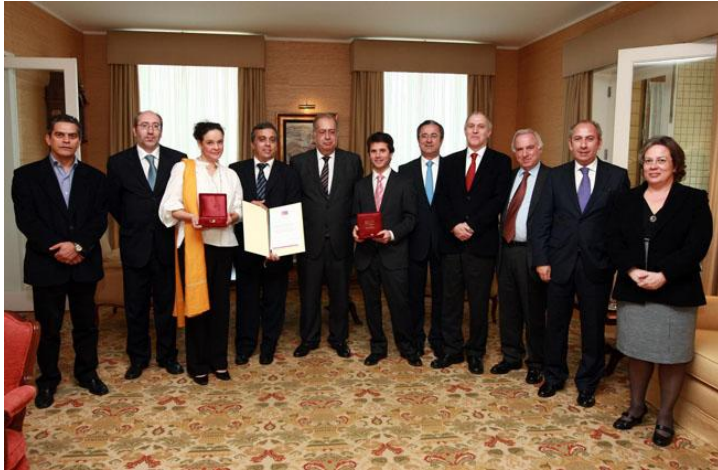
Para além das competências específicas de cada uma das comissões, existe um conjunto de matérias relevantes, transversais a todas elas, concernentes à elaboração de pareceres e relatórios sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado, as Grandes Opções do Plano, a Conta Geral do Estado, e, em matéria europeia, o Programa de Trabalho da Comissão Europeia. Quanto ao exercício das respectivas competências e atribuições, é igualmente comum ao trabalho desenvolvido pelas Comissões Permanentes a análise e admissão de petições, a realização de audições (regimentais e outras), de audiências, conferências, seminários e outros eventos, muitos dos quais, numa política de aproximação à sociedade civil, são efectuados no exterior da Assembleia da República. De salientar, ainda, a intervenção que todas as Comissões tiveram, com maior ou menor ritmo, no domínio da actividade parlamentar europeia.

Foram também constituídas, nesta 1ª Sessão Legislativa as seguintes comissões eventuais:

1. Comissão de Inquérito Parlamentar à actuação do Governo em relação à Fundação para as comunicações móveis;
2. Comissão de Inquérito Parlamentar à relação do Estado com a Comunicação Social e, nomeadamente, à actuação do Governo na compra da TVI;
3. Comissão para o acompanhamento político do fenómeno da Corrupção e para a análise integrada de soluções com vista ao seu combate;

4. Comissão de Verificação de Poderes, que se extinguiu imediatamente após o início dos trabalhos parlamentares.

No caso da **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG)**,



a 1.ª Sessão Legislativa foi um período fértil em debates nas áreas suscitadas pela apresentação de várias iniciativas legislativas, as quais vieram a dar origem à aprovação de diversas Leis da Assembleia da República, designadamente, a Lei que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a

alteração da Lei das Uniões de Facto e as alterações ao Códigos de Processo Penal e de Execução de Penas.

A CACDLG promoveu ainda a cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2009 e organizou e presidiu à Conferência “Provedor de Justiça - o garante dos direitos fundamentais”, bem como à audição pública “Violência doméstica - monitorização da aplicação do regime jurídico da prevenção, protecção e assistência das suas vítimas”, promovida pela Subcomissão de Igualdade, criada no seu âmbito.

A **Comissão Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP)**, para além da emissão de pareceres no campo da ratificação de convenções e acordos internacionais submetidos à Assembleia da República, procedeu a diversas audições e audiências parlamentares, nomeadamente, no âmbito da reorganização do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e a Plataforma das ONGDs.



Aspecto inovador na prática da CNECP, assumiu a primeira audição parlamentar de um Embaixador de Portugal em início de missão, no caso, o Embaixador colocado em Pequim.

Tiveram igualmente grande adesão os debates de temas da política internacional, com relevo para a América Latina, que ocorreram nos Colóquios Diplomáticos organizados pela Comissão e que tiveram como oradores os Embaixadores do Chile, do Brasil e da Venezuela, bem como o Embaixador da Alemanha sobre a perspectiva alemã da defesa do Euro.



Entre as múltiplas actividades e iniciativas levadas a efeito pela **Comissão de Defesa (CDF)**, há que destacar, não só, as duas audições realizadas com o Ministro da Defesa Nacional e o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, no âmbito da Lei do Acompanhamento, pela

Assembleia da República, do Envolvimento de Contingentes Militares no Estrangeiro, decorrentes de alterações na participação portuguesa em operações militares internacionais e na sequência das reuniões do Conselho Superior de Defesa Nacional, como também aquelas que, fruto da deliberação tomada por todos os grupos parlamentares representados na Comissão, foram efectivadas em matéria de contrapartidas relacionadas com a aquisição de equipamento militar, assunto inscrito na agenda política com a publicitação de notícias acerca de alegadas irregularidades cometidas nesse processo.

Sublinhe-se, ainda, a realização, na Assembleia da República, conjuntamente com o Exército, de uma Cerimónia Evocativa da Construção dos Fortes e Redutos das Linhas de Torres, inserida nas comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular.

A actuação da **Comissão de Assuntos Europeus (CAE)** na 1ª Sessão Legislativa da XI Legislatura foi marcada pela entrada em vigor do Tratado de Lisboa, no dia 1 de Dezembro de 2009. Neste âmbito, e de modo a aprofundar o sistema de acompanhamento, apreciação e pronúncia dos assuntos europeus pela Assembleia da República, bem como a fazer frente aos desafios colocados aos Parlamentos nacionais pelo Tratado de Lisboa, a CAE aprovou, em Janeiro de

2010, uma nova metodologia de escrutínio destas matérias. Através desta metodologia, e com base no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2010, foram seleccionadas e aprovadas em Sessão Plenária 7 iniciativas prioritárias [1 – Comunicação sobre o



estabelecimento de um sistema de coordenação política reforçada baseado numa supervisão mais ampla e aprofundada; 2 – Comunicação sobre a plataforma contra a Pobreza; 3 – Livro Branco sobre o Futuro dos Transportes; 4 –

Plano de Acção de aplicação do Programa de Estocolmo; 5 – Revisão da Directiva “Tempo de trabalho”; 6 – Comunicação sobre o futuro da Política Agrícola Comum; 7 – Revisão trienal do Regulamento Financeiro e das normas de execução], que serão objecto de escrutínio reforçado pela AR.

A **Comissão de Orçamento e Finanças (COF)** definiu como prioridades para a 1.ª Sessão Legislativa, o acompanhamento da Proposta de Lei relativa ao Orçamento do Estado para 2010, das Grandes Opções do Plano, a discussão do Relatório de Orientação da Política Orçamental, a dívida pública directa e indirecta, o acompanhamento e fiscalização da execução orçamental, a apreciação da Conta Geral do Estado de 2008 e ainda a apreciação do Pacto de Estabilidade e Crescimento e sua posterior revisão.



A actividade desenvolvida traduziu-se na aprovação de diversas leis da

Assembleia da República, entre as quais figuram o Orçamento do Estado 2010, a 1.ª Alteração à Lei das Finanças Regionais, a tributação de mais-valias mobiliárias e ainda diversas medidas de apoio à economia.

A **Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia (CAEIE)** abrange diversas áreas de acção. No seu seio foram constituídos 8 Grupos de Trabalho que reuniram, no total, por 101 vezes, nas quais se incluem 31 audições (4 com a presença de Membros do Governo), 20 audiências e 7 deslocações. Registe-se, ainda, resultante da prioridade dada pela Comissão de



aproximação à sociedade civil, a realização da 1ª Edição da Conferência da Primavera, dedicada às Pequenas e

Médias Empresas, estando prevista a continuação (e conclusão) dos seus trabalhos no decurso da 2ª Sessão Legislativa, em paralelo com a preparação da 2ª Edição da Conferência. A Comissão efectuou, ainda, uma audição pública sobre Energia e documentos estratégicos neste domínio de política.

A **Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (CADRP)** empenhou-se por ir ao encontro dos actores no terreno, ouvindo e colhendo toda a sorte de relevantes contributos sobre a situação do País neste domínio. Assim, a par das reuniões ordinárias efectuadas, foram

realizadas 9 reuniões no exterior ao longo das visitas de trabalho ao Sector Leiteiro, à Agricultura de Montanha e Douro e à Fileira da Pesca.

De realçar, também, a realização de uma



Audição Pública sobre o Livro Verde das Pescas, que constituiu uma mais valia para a elaboração do parecer sobre a Reforma da Política Comum de Pescas COM(2009)163, o qual mereceu referência destacada da Comissão Europeia.

De salientar que em virtude das competências que detém sobre a problemática dos fogos florestais, esta Comissão mantém um Grupo de Trabalho em funcionamento durante o período de estio que corresponde às férias dos trabalhos parlamentares.

A **Comissão de Educação e Ciência (CEC)** exerceu uma actividade consubstanciada em inúmeras iniciativas, delas sobressaindo as audiências concedidas a um número elevado de



entidades (44) e a concretização de audições públicas, destacando-se a realização da audição sobre o Estatuto do Aluno e a audição “Escolas TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária”. Neste âmbito, realizou-se

ainda a conferência sobre *Perspectivas e Realidades da Aplicação da Lei da Administração Local da Educação: Internacionalização do TEIP – O caso da França*” e visitas de Deputados a 14 escolas TEIP, de norte a sul do País.

A par das audições públicas, a CEC promoveu novamente, em conjunto com a Ciência Viva e o Conselho dos Laboratórios, a reedição do Café de Ciência, este ano dedicado às questões da Ciência para a biodiversidade.

Uma outra sua actividade, já confirmados antecedentes em anteriores legislaturas, respeitou ao programa do Parlamento dos Jovens, que neste ano de 2010 registou um aumento significativo, no que se refere à participação das escolas e dos alunos, acompanhados por uma elevada presença de Deputados nas diversas fases do projecto

No campo legislativo, deve frisar-se a apreciação e votação do Estatuto do Aluno.



O trabalho da **Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (COPTC)** centrou-se num conjunto de relevantes temas (Concessões e subconcessões de infra-estruturas

rodoviárias; Serviços Portugueses de Handling; Plano Ferroviário Nacional; Sinistralidade Rodoviária; Televisão Digital Terrestre e Linha ferroviária do Tua) tendo a propósito realizado varias audições.

Relativamente ao processo legislativo, baixaram à Comissão Parlamentar 13 iniciativas legislativas e, no seio da COPTC, foi criada a Subcomissão de Segurança Rodoviária, a qual realizou 8 reuniões. Nestas procedeu a 4 audições subordinadas às questões da segurança e sinistralidade rodoviária e de socorro e apoio às vítimas de acidentes rodoviários.

A **Comissão de Saúde (CS)**, centralizou a sua actividade no tema da qualidade e acesso aos cuidados e prestação de serviços de saúde. Tendo em vista tal objectivo, deslocou-se ao Porto, Coimbra, Algarve e Corroios tendo visitado, designadamente, hospitais, unidades de Cuidados



Continuados, unidades de Saúde Familiar, um Centro de Atendimento a Toxicodependentes, o CODU do INEM, o IPATIMP e o Laboratório de Saúde Pública Laura Ayres. Com vista ao aprofundamento de temáticas entendidas como prioritárias, foram constituídos 7 Grupos de Trabalho.



Relativamente ao processo legislativo apreciado na **Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública (CTSSAP)**, é de salientar a aprovação da Lei n.º 10/2010, de 14 de Junho, que Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2005, de 10 de Fevereiro, sobre o regime jurídico

de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da **Empresa Nacional de Urânio, S. A.**, e estabelece a obrigatoriedade de acompanhamento médico a estes trabalhadores; criação da Ordem dos Nutricionistas. De destacar, ainda, a realização de um seminário sobre “Trabalho, Políticas Activas de Empreendedorismo e Estratégia UE 2020” e a deslocação de uma delegação parlamentar à 99.ª sessão da Conferência Internacional de Trabalho, que teve lugar em Genebra, de 2 a 18 de Junho de 2010, na qual foi debatido o Relatório Global de Acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho (1998) – sobre a eliminação do trabalho infantil - e teve lugar a primeira discussão no quadro do acompanhamento da Declaração da OIT sobre a Justiça Social para uma Globalização Justa (2008), em torno do objectivo estratégico do Emprego.

A **Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL)** tratou de matérias como a das “taxas das autarquias locais”, das “taxas de recursos hídricos”, de “boas práticas ambientais

nos campos de golfe”, de “projectos PIN em território REN e



RAN”, de “atribuição de subsídios pelas autarquias” e dos “Planos Municipais de Ordenamento

do Território. A área dos assuntos europeus também mereceu uma especial atenção por parte da CAOTPL, entre eles, os da “eficiência energética”, “mobilidade urbana”, “ambiente e segurança”, “protecção contra a poluição, áreas protegidas e diversidade biológica no Mediterrâneo”, “agricultura e mitigação das alterações climáticas”, “financiamento do combate às alterações climáticas”, “Directiva Avaliação Ambiental estratégica”, “Biodiversidade pós 2010”, “protecção das águas contra a poluição do Ambiente”.

Considerada como muito marcante foi a Conferência promovida pela Comissão subordinada ao tema “2010 – Ano Internacional da Biodiversidade”, tendo estado patente uma exposição alusiva à temática.

Dos trabalhos desenvolvidos pela **Comissão de Ética, Sociedade e Cultura (CESC)**, realça-se o conjunto de audições sobre o “Exercício da Liberdade de expressão em Portugal”, que representaram um trabalho intenso da Comissão durante 2 meses, tendo sido ouvidas 34 entidades, findas as quais foi elaborado um relatório. Foram também realizadas, em reunião



conjunta com a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, audições sobre a Televisão Digital Terrestre.

A Comissão tratou dos assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados, nomeadamente quanto à emissão de pareceres de levantamento da imunidade de Deputados, mas também de pareceres sobre situações de possível

incompatibilidade. Nesta área, deve dar-se destaque ao trabalho levado a cabo pelo Grupo de Trabalho dos Registos de Interesses, que analisou os registos de interesses entregues por todos os Deputados bem como todos os entregues pelos membros do Governo.

Finalmente, é de referir a realização de uma visita, a qual decorreu em Lisboa, ao Museu Nacional dos Coches, ao Museu Nacional de Arqueologia e ao Museu de Arte Popular.

A CESC tem competências nas áreas da aplicação do Estatuto dos Deputados, da cultura, da comunicação social e da sociedade da informação.